

GILVAN DOS SANTOS MOURA

**A INFORMAÇÃO COMO O PRINCIPAL RECURSO  
DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO**

Artigo elaborado para fins de avaliação final, no curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública, na Universidade Estadual de Goiás, área de concentração: Segurança Pública.

Orientadora: Professora Mestra Neide da Silva Paiva.

## A INFORMAÇÃO COMO PRINCIPAL RECURSO DO POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO

GILVAN DOS SANTOS MOURA<sup>1</sup>  
NEIDE DA SILVA PAIVA<sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho trata da informação como o principal recurso do policiamento comunitário e se propôs a verificar, através dos policiais que atuam nos Postos de Atendimento ao Cidadão, se o policiamento comunitário realizado pela 3ª Companhia do 1º Batalhão de Policiamento Comunitário, da cidade de Aracaju-SE, tem contribuído para o aumento do fluxo de informações da comunidade para a polícia; sendo que no estudo metodológico científico procurou-se fazer uma aplicação analítica, de abordagem qualitativa, utilizando-se de dados levantados através de questionamentos feitos em uma pesquisa de campo cujos resultados obtidos, apesar dos policiais (na grande maioria) manifestarem que consideravam as informações da comunidade importante e buscavam, constantemente, interagir com a comunidade visando o fortalecimento dos laços de confiança, revelaram que a rotatividade de policiais ainda é bastante significativa, a postura do policiamento ainda é predominantemente reativa e que há ausência de uma estratégia para a coleta, controle, organização e utilização das informações e desarmonia e descaso para com os Conselhos de Segurança e suas indispensáveis atividades; fatores estes que fortalecem o distanciamento entre polícia e comunidade e contribuem desfavoravelmente para o fluxo de informações entre ambas.

**PALAVRAS – CHAVE:** Policiamento Comunitário. Interação. Confiança. Informação.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da informação como o principal recurso do policiamento comunitário e se propôs a verificar, através dos policiais que atuam nos Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC's), se o policiamento comunitário realizado pela 3ª Companhia do 1º Batalhão de Policiamento Comunitário (3ª Cia do 1º BPCom), da cidade de Aracaju-SE, tem contribuído para o aumento do fluxo de informações da comunidade para a polícia.

O tema foi escolhido para demonstrar que as informações da comunidade, fruto da interação e relação de confiança da polícia para com esta, são de importância fundamental para a melhoria da atividade policial e que, o policiamento comunitário, que atua junto à comunidade, necessita fazer uso destas informações e também buscar meios de melhorar a qualidade e aumentar o fluxo das mesmas, vislumbrando nelas um indispensável recurso para a melhoria de ações proativas – que resultem em um policiamento mais eficiente – e também na intensificação de orientações que auxiliem a comunidade, como por exemplo, na tomada

---

<sup>1</sup> Capitão da Polícia Militar do Estado de Sergipe – Pós-graduando.

<sup>2</sup> Professora Mestra – Orientadora.

de medidas de proteção. Devendo-se ressaltar que não se trata aqui de estabelecer a comunidade como olhos e ouvidos da polícia, e nem o policiamento comunitário como uma ferramenta gerencial de gestão da informação.

Nos últimos anos a Polícia Militar, preocupada em readequar suas atividades às demandas que as transformações econômicas, sociais e políticas têm ocasionando, visando atender de maneira mais eficiente e menos traumatizante aos anseios da população, tem buscado aumentar o foco externo de atendimento ao cidadão, renovando suas formas de prestação de serviços para manutenção da confiança e participação da população na prevenção do crime e aumento da segurança.

A aproximação entre a Polícia Militar e a comunidade e a formação de parcerias entre as mesmas para a co-produção da prevenção, além de fortalecer a idéia de que as ações tradicionais, burocráticas e centralizadoras – valorizadoras da rapidez no atendimento das chamadas, do aumento de detenções, de maior agressividade nas ruas – já não se mostram eficientes no controle da criminalidade, contribuem para demonstrar que a polícia deve estar em constante interação com o cidadão, pois hoje para termos segurança é preciso haver o envolvimento deste. E, neste contexto interativo, a informação é sem dúvida o principal recurso do policiamento comunitário; pois, norteia as ações proativas contribuindo para aumentar a eficácia do policiamento comunitário, o que conseqüentemente favorece o controle da criminalidade e a manutenção da confiança na segurança pela comunidade.

O clamor por segurança é um grito conjunto de toda a população brasileira. Sendo que, em meio aos problemas que assolam a todos, é preciso que polícia e comunidade estejam cada vez mais empenhadas em uma parceria intensa e, cientes de que a criminalidade é um fenômeno inerente à convivência social e que não pode ser extirpado radicalmente, passem a criarem juntas, por meio da obtenção recíproca de informação, conseqüente de uma interação constante, mecanismos que gerem a prevenção e transmitam uma certa segurança a todos.

A Polícia Militar do Estado de Sergipe, acompanhando a prática de policiamento comunitário iniciada no Brasil nos anos 80, implantou o policiamento comunitário em 1996 tendo a 3ª Companhia do 1º BPCOM como alicerce. Já são 10 (dez) anos de existência estando o policiamento comunitário, hoje, presente em toda Grande Aracaju contando com 3 (três) Batalhões que somam mais de 40 (quarenta) Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC); e, apesar dos avanços e dos resultados significativos, faz-se necessário fortalecer a idéia de que intervenções proativas requerem antecipação, sendo a informação um instrumento indispensável dentro deste contexto.

A comunidade detem informações. E o policiamento comunitário goza da oportunidade de poder desfrutá-las; porém é necessário que estas sejam vistas e consideradas, primeiramente, como valorosas para o desenvolvimento do policiamento, e, a partir daí, se estabeleça toda uma estratégia de obtenção, seleção e análise das mesmas, que possa produzir conhecimentos indispensáveis para a realização de ações proativas e preventivas.

Este trabalho teve por objetivo geral verificar, através dos policiais que atuam nos Postos de Atendimento ao Cidadão, se o policiamento comunitário realizado pela 3ª Companhia do 1º Batalhão de Policiamento Comunitário, da cidade de Aracaju-SE, tem contribuído para o aumento do fluxo de informações da comunidade para a polícia, analisando como os policiais têm atuado; verificando se estes têm interagido constantemente com a comunidade; e apontando se eles consideram as informações da comunidade importantes para o processo de desenvolvimento da atividade policial.

A partir do objetivo traçado foram levantados os seguintes problemas: os policiais da 3ª Cia do 1º BPCom, que atuam nos PAC's, têm dado maior ênfase às ações proativas ou reativas? Os policiais têm procurado estar em constante interação com as comunidades, fortalecendo os laços de confiança? Eles consideram as informações das comunidades importantes para o processo de desenvolvimento da atividade policial?

No que diz respeito à metodologia adotada desenvolveu-se fundamentalmente a pesquisa analítica de abordagem qualitativa, cujas informações obtidas foram levantadas junto aos policiais da 3ª Cia do 1º BPCom, da cidade de Aracaju, que atuam nos PAC's, por meio de uma pesquisa de campo, sendo a coleta de dados feita através da formulação de questionário composto por 20 (vinte) perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha.

Certamente o presente artigo servirá de estímulo e reflexão para despertar, no âmbito do policiamento comunitário realizado pela Polícia Militar do Estado de Sergipe, a necessidade de se valorizar mais as informações advindas das comunidades, estimulando, inclusive, ações que visem o aumento do fluxo das mesmas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O príncipe, a profissão e a demanda social.**

Para Monjardet (2003, p. 268) “O que se formaliza sociologicamente é que toda polícia é movida, posta em ação praticamente [...] por três fontes: a ordem do príncipe; as chamadas, demandas, queixas do público; e a iniciativa dos policiais”.

Para essas três fontes “empíricas” correspondem três princípios de ação: a autoridade do poder, que está relacionada à prioridade atribuída à ordem pública; a segurança pública, objeto de demanda social de polícia; e o interesse profissional, que está relacionado à luta contra a criminalidade. Sendo que não existe harmonia entre esses três princípios de ação; pois, em termos de alocações de recurso, de prioridades operacionais e de critérios de eficácia, eles são concorrentes.

Deste modo, como exemplo, podemos dizer que quando o comandante de uma determinada unidade aloca 30 (trinta) policiais em uma determinada área, automaticamente ele estará desguarnecendo uma outra; efetuar grandes números de prisões serve pouco a vítima, que na maioria das vezes prefere uma prevenção mais ativa; e os policiais que atuam no policiamento motorizado não gostam quando atuam no policiamento a pé.

Por hipótese, Monjardet (2003, p. 268) relata que

Uma política policial é sempre o produto de um compromisso, mais ou menos instável, entre os três princípios de ação. [...] o compromisso empregado vai depender dos recursos de que cada um dispõe na instituição ou sobre ela e, concretamente, do poder de que é investido em relação à instituição policial.

Nesta abordagem inicial queremos demonstrar, partindo ainda do entendimento de Monjardet (2003), que quando uma instituição policial, em seu sistema de decisão, não dá lugar à demanda social, proporcionando a participação da mesma no processo, o príncipe (a organização) e a profissão (os policiais) formulam suas ações baseados nas suas lógicas, ou seja, com base nos seus próprios conhecimentos. E é daí que parte a sustentação de ações tradicionais, reativas; alicerçadas na força, no número, no impacto das grandes operações e reforços policiais.

No entendimento de Silva (1999), para área de segurança, o objetivo de qualquer política pública não é acabar com a criminalidade, e sim situá-la num limite que não ameace a harmonia social e a ordem pública estabelecida. Os meios mais eficazes devem ser buscados para conter a escala do crime e da violência, assim como devem ser desenvolvidas formas menos traumatizantes de lidar com a população; pois, na pretensão de combater a violência, a polícia finda contribuindo para o aumento da mesma. Sendo esta ocorrência derivada, sobretudo, da revolta motivada da prática de atos que afetam a dignidade das pessoas. Já que a polícia costuma atuar de forma indistinta, contra criminosos e não-criminosos, baseando-se em estereótipos, como o nível social, o local de residência, a cor, etc, para selecionar as pessoas “perigosas”.

A polícia militar deve ser encarada como um serviço público essencial, à disposição da população, tendo um papel diferente do de somente fazer cumprir a lei e manter a ordem; pois o conceito de proteção prevalece sobre a repressão.

“A capacidade da demanda social para pesar sobre o sistema de decisão é uma condição necessária ao reequilíbrio das tensões entre os princípios de ação policiais. Ela é ao mesmo tempo [...] a condição necessária da inovação e das mudanças, da instituição e nela”. (MONJARDET, 2003, p. 277).

Segundo Bayley (2002) a demanda social de polícia se constitui tanto de solicitações relacionadas com o crime, como de serviços não relacionados com o crime, sendo que a proporção entre estas demandas é afetada pela vontade de contatar com a polícia e pela integração social dos grupos próximos. A vontade de contatar com a polícia pode ser traçada pelas considerações sobre conveniência, bem como o grau de resposta da polícia; já a integração social de grupos próximos é uma função tanto das estruturas macrossociais quanto dos valores culturais.

Ele ainda nos revela que “o dilema para a polícia nas modernas sociedades [...] é que ela tem que desempenhar um papel predominantemente de prestação de serviços exatamente ao mesmo tempo em que a necessidade de aplicação da lei parece estar aumentando”. (BAYLEY 2002, p.169).

Pesquisas realizadas pelos Estados Unidos, durante os anos de 1960 a 1970, revelaram que mesmo em contextos de alta criminalidade a polícia chega a consumir até 80% de seu tempo com questões como excesso de ruídos, desentendimento entre vizinhos ou casais, problemas de trânsito, vandalismo, condutas ofensivas a moral e serviços diversos de assistência social. O que demonstra, ao contrário do que se pensa, que a atividade policial já tem se prendido, involuntariamente, a atividades relacionadas ao atendimento de serviços não relacionados com o crime.

Dias Neto (2002, p. 63) nos esclarece que estes problemas geram um forte impacto na qualidade de vida urbana e que, “quando não enfrentados, promovem a degradação física da área, enfraquecem laços sociais, aumentam o sentimento de insegurança e nutrem um clima de desrespeito, decadência e abandono que torna o ambiente convidativo ao crime”.

O que nos fica claro é que a polícia não pode tão-somente se concentrar no combate ao crime e deixar a prestação de serviços a cargo apenas de uma outra instituição do governo, especializando-se a partir de então em intervenções de emergências em que a vida e a propriedade estejam em perigo e em capturar criminosos após os crimes terem sido

cometidos. Tarefas estas puramente reativas, cujo ato preventivo estaria simbolizado por atos como o patrulhamento, a rapidez no atendimento a chamadas e a segurança conseqüente da prisão de criminosos.

Referindo-se novamente a pesquisas norte-americanas, em 1982 descobriu-se que ações tradicionais como aumentar o número de efetivo de policiais, serviços de patrulhamento motorizado aleatório, patrulhas intensivas, melhoria no tempo de atendimento às chamadas, não reduzem o crime, nem tranqüilizam a população.

No Brasil, por exemplo, em estudos realizados na cidade de Belo Horizonte, Beato (2002, p. 137), não só pode constatar que a polícia é amplamente dominada por atividades que não se relacionam diretamente com o crime, mas também que “o estilo tradicional de conceber o policiamento nas áreas de maior incidência de criminalidade violenta, pelo uso mais intensivo de policiais e automóveis, não tem sido bem-sucedido”.

“O Estado necessita que a polícia contenha o aumento da criminalidade. A população concorda, mas ainda assim precisa que a polícia lide também com um grande número de questões não criminais.” (BAYLEY, 2002, p.234).

## **2.2 As formas tradicionais de policiamento**

“A polícia costuma investir recursos em idéias tradicionais, burocraticamente seguras, mas que não funcionam mais. [...] Isto talvez explique porque acrescentar mais dinheiro ou mais pessoal têm pouco efeito sobre segurança.” (BAYLEY; SKOLNICK, 2002, p.20).

Os princípios tradicionais de policiamento que até hoje, de certa forma, ainda imperam em todas as polícias, ganharam notoriedade no início do século XX com o advento do “modelo profissional” o qual implantou uma série de reformas progressistas voltadas à aplicação de uma estrutura burocrática centralizadora.

Na lógica burocrática emergente na época a justiça e eficácia da polícia estariam centradas não na aplicação discricionária da lei, e sim no cumprimento estrito desta. Conceder à comunidade a oportunidade de participar nas decisões relacionadas à função policial, aproximando a polícia da comunidade e tornado o policial conhecido da mesma, simbolizava uma ingerência na atividade policial que afetaria a eficiência do serviço. E, as ações policiais deveriam estar focadas apenas na repressão do crime, sendo que as assistências deveriam ser direcionadas a outras instituições. (DIAS NETO, 2002)

Assim, dentro desta lógica e valendo-se dos avanços tecnológicos, adotou-se uma série de procedimentos que findaram distanciando a polícia da comunidade e, também fizeram com que esta, mesmo na condição de vítima, passasse a evitar a polícia.

Vislumbrou-se na reatividade um conceito de eficácia e produtividade, em detrimento da prevenção que passou a ficar em segundo plano. Assim se introduziu o automóvel no policiamento, o sistema de radiopatrulhamento, o telefone, o computador, criou-se as centrais de operações; e o que passou a imperar e a ser valorizado foi uma maior agressividade nas ruas, o aumento de detenções, uma maior rapidez ao atendimento de chamadas.

O principal referencial de planejamento do policiamento, pelo sistema tradicional, é o número de chamadas via 190, de atendimento de ocorrências e fatos graves ocorridos em determinados lugares ou a repetição excessivas de reclamações quanto a uma determinada região da cidade, bairro ou local específico, notadamente quando a mídia o divulga de forma intensa, nem sempre condizendo com a realidade ou com as necessidades de segurança do mesmo. Sendo os recursos humanos e materiais direcionados e empregados nos locais indicados como tendo recebido um maior número de chamadas, através de operações específicas ou policiamento ostensivo geral. (BONDARUK; SOUZA, 2004)

Esta prática não satisfaz a realidade reinante, pois já foi demonstrado, através de estudos, que grande parte dos crimes (cerca de dois terços) não são comunicados à polícia, o que evidencia que o planejamento de suas ações baseados apenas nas fontes acima relatadas, além de centrar as mesmas apenas às demandas relacionadas diretamente com o crime, estas findam sendo destinadas para apenas uma pequena parcela dos crimes.

Deste modo podemos concluir, como bem menciona Bayley (2002, p.236), que

o papel da polícia em diminuir a ameaça do crime, portanto, vem não apenas da prisão de criminosos, mas também através da mobilização ativa da população, de modo a atingir tanto as causas quanto os sintomas do crime. [...] a polícia não pode se distanciar das reivindicações desagregadas; de fato precisa encarar essas reivindicações como oportunidades de se envolver nos processos fundamentais de interação social [...] para proporcionar uma prevenção de crimes mais eficaz. [...] E, como as pesquisas demonstram, a cooperação da população, especialmente em forma de testemunho voluntários, é a chave para se prender criminosos.

### **2.3 O policiamento comunitário**

O policiamento comunitário confirma, com efeito, que a polícia não muda de dentro para fora, enquanto a organização e o policial controlam seu equilíbrio estabelecido, e nem tampouco de fora para dentro. A mudança somente ocorre quando há harmonia, aliança,

entre o interior e o exterior. Quando a organização permite guiar suas ações pela demanda social.

Nos últimos anos, desgastada pela descrença da população em relação a sua eficiência em resolver os problemas de criminalidade, pela desconfiança e medo dos cidadãos – cuja presença sempre inspirou a possibilidade real do uso da violência, discriminação racial, abuso de autoridade e corrupção; a polícia militar brasileira (seguindo uma tendência mundial), através do policiamento comunitário, tem buscado reconstruir essa imagem desgastada por meio de uma prática policial respaldada na legitimidade e confiança dos cidadãos. Essa nova prática promete aos cidadãos um maior acesso a polícia, uma maior participação na tomada de decisões, um policiamento que seja singular a especialidade de cada comunidade, e maior comprometimento com a prevenção e redução da criminalidade. Ou seja, um sistema onde o príncipe e a profissão sirvam à demanda social, aprendam com ela e sejam responsáveis por ela; para que, juntos, sejam co-produtores da prevenção do crime.

Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p.5) definem o policiamento comunitário como sendo

uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntos para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

O policiamento comunitário deste modo, segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p.9), é ao mesmo tempo uma maneira de pensar e de como desenvolver este pensamento, que permite a polícia e as pessoas buscarem juntas novas formas de solucionarem problemas, ligados ou não diretamente ao crime, que afetam a todos de forma direta ou indireta. Isto deve estar alicerçado na crença de que a comunidade deve ser envolvida no processo policial para a co-produção da prevenção.

Partindo dessa idéia o policiamento comunitário busca uma maior interação entre policiais e cidadãos na busca do estabelecimento de uma relação de confiança e cooperação, com uma visão mais realista da variedade de situações não-criminais que levam as pessoas a demandar a presença da polícia; utilizando-se de procedimentos de planejamento e de prestação de serviços democráticos e descentralizados, para que as atividades policiais possam estar em sintonia com as diversificações de realidades existentes no espaço urbano.

Ainda tratando de Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p.37), estes nos revelam que “em essência, o policiamento comunitário assimila o comportamento do policiamento tradicional de estar de prontidão para apagar os incêndios, onde e quando estes aparecem, mas

ele propõe um objetivo adicional, visado com a mesma ênfase, que é o de tentar prevenir os incêndios”.

Silva (2002, p. 20), em entrevistas feitas em outubro com membros do escalão superior da Senasp, esclarece que

muitas autoridades não percebem que esse envolvimento com a comunidade não exclui as formas tradicionais da atividade policial, inclusive as ações mais duras esperadas de uma polícia competente. [...] Ver dois conceitos de polícia, uma comunitária e outra não comunitária, está errado. É a mesma polícia, só que ela tem de ter uma noção de contato com a comunidade, de ter um planejamento voltado para ela.

Para Bondaruk e Souza (2004, p. 51)

O policial comunitário ultrapassa sua função predominantemente reativa, atuando mais preventivamente. A reatividade e a força repressiva de qualquer policial permanece no policial comunitário, posto que são indispensáveis, mas estas deixam de ser a tônica da vivência profissional policial-militar.

Como já nos ficou claro o policiamento comunitário não excluiu as formas tradicionais da atividade policial, sendo que o que impera no mesmo é o envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento da atividade policial; é a ênfase dada as ações proativas. E é justamente este fator que impõe à polícia e a comunidade a necessidade de estarem próximas, de estarem em constante e intensa interatividade. É por isso que policiamento comunitário deve estar integrado à sociedade, atuando de forma democrática e descentralizada. “Se os cidadãos comuns devem realmente tornar-se co-produtores da prevenção do crime, a reciprocidade é uma necessidade. Não se pode mobilizar as comunidades para a prevenção do crime de cima para baixo.” (BAYLEY; SKOLNICK, 2002, p.225).

## **2.4 A informação: recurso indispensável**

Há de ser observado, porém, que mudar a filosofia, descentralizar suas ações, e aumentar a integração e interação da polícia com a comunidade, bem como a utilização de todos os recursos humanos, materiais e tecnológicos, que estão à disposição do policiamento não são por si só suficientes para a redução da criminalidade e o aumento da sensação de segurança na comunidade. A polícia tem recursos — policiais, viaturas, armas, rádios — e costuma distribuir esses recursos com base em dados empíricos. A polícia precisa tornar-se confiável à população para que possa receber boas informações e com isso agir de forma mais eficiente, pois o que irá realmente guiar as ações proativas do policiamento são as

informações resultantes desta integração e interação. Se este processo não for completo o policiamento comunitário finda ficando restrito as ações empíricas e tradicionais, ou seja, aos atendimentos de chamadas, a efetuação de rondas pré-estabelecidas com base nos índices de ocorrências e etc.

Para Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p.181)

A essência do policiamento comunitário é a parceria, e uma verdadeira parceria só ocorre quando as pessoas confiam umas nas outras. [...] cujo resultado final é que existe uma troca de informações, às vezes até mesmo melhores do que as recebidas pelos policiais de outras unidades.

Segundo Vieira (2005), em palestra proferida durante a 5ª Conferência Executiva de Segurança Pública para a América do Sul, a informação é o instrumento mais importante para a polícia, sendo que a prevenção do crime se dá quando a as pessoas têm coragem e confiança de relatar os problemas de segurança. Para ele, a polícia usa dois canais comuns para obter informações sobre o crime – a tecnologia e a violência contra criminosos –, contudo existe uma outra ferramenta mais eficaz, que são as informações das pessoas; pois, além de eficaz, trabalha na prevenção do crime. A polícia precisa cativar as pessoas para obter informações valiosas, pois o desvendamento de um crime se torna complexo porque as pessoas não têm coragem de testemunhar para contar à polícia o que de fato aconteceu.

Silva (2002, p. 167) reforça que “a maioria das informações sobre crimes e outros problemas de interesse policial vem da comunidade, por meio de vítimas, testemunhas, informantes e colaboradores”.

Ainda no entendimento de Silva (2002), a simpatia e o diálogo da polícia para com a comunidade não são suficientes para a redução da criminalidade. É necessário que a polícia tenha estratégias de obtenção e de trabalho com as informações para que elas possam fornecer dados como tipo de crime por área, perfil do criminoso etc, para que o policiamento possa ser empregado de forma racional de acordo com o problema de determinada área.

A informação é “um ato ou efeito de informar-se sobre dados a cerca de alguém ou de algo” (BRASILIANO, 2002), E, com efeito, as atividades policiais devem ser planejadas e dirigidas em função das informações, pois estas, quando bem estruturadas e analisadas, são capazes de mostrar com clareza não só os fatos de interesse ocorridos na área, mas também os fatores que os estão produzindo.

Desde a antiguidade, até os tempos de hoje, a informação sempre foi uma arma poderosa. Sun Tzu (1987) nos ensina que é a previsão que possibilita ao soberano inteligente e ao bom general atacar, vencer e conquistar coisas além do alcance do homem comum. Não

se poderia extrair ela da coragem, da indução pela experiência, nem por qualquer cálculo realizado. Somente através de outros homens é que o conhecimento do inimigo poderia ser conseguido. O conhecimento do espírito do mundo tem de ser obtido pelo raciocínio indutivo; o cálculo matemático pode comprovar as leis do universo; mas as disposições do inimigo só podem ser averiguadas pelas informações.

Hoje, partindo do que propõe Sun Tzu, a ação policial deve sempre ser voltada para a comunidade e em função dela, não devendo a polícia atuar de forma autônoma, pois a mesma depende da comunidade de onde são provenientes as informações sobre os crimes e desordens registrados e não registrados, bem como de uma série de outras informações sobre problemas que afetam a comunidade e seu bem estar. O contato com a comunidade não só aprofunda o conhecimento e os diagnósticos, favorecendo o direcionamento da ação policial, mas também estimula a participação da comunidade na resolução de problemas sociais que podem findar exigindo a ação da polícia.

Kahn (2002, p.22) nos revela que “A informação é a principal matéria prima do trabalho policial, tanto a informação macro sobre as tendências e características do crime em determinadas áreas quanto à informação micro, que leva ao desbaratamento de quadrilhas e a prisão de suspeitos.”

O policiamento comunitário, paralelamente aos dados gerados pelo atendimento de ocorrências, deve estimular os encontros comunitários formais (reuniões com os Conselhos de Segurança, associações de moradores, etc) e os contatos informais da polícia com os moradores e trabalhadores locais, que ocorrem geralmente durante o patrulhamento, para que o fluxo de informações sobre crimes e suspeitos, fornecidas pessoalmente ou de forma anônima (por telefone), da população para a polícia, possam aumentar. O que, conseqüentemente, não só contribuirá para o aumento também da probabilidade de punição dos criminosos, mas também será útil para formulação de estratégias proativas contra o crime.

Os Conselhos de Segurança (CONSEGs) são entidades formadas por líderes comunitários e/ou por grupos de pessoas do mesmo bairro ou município que se reúnem para discutir e analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas comunitários de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais.

Reunindo representantes dos diversos segmentos da sociedade, os CONSEGs, além de poder, com suas ações, colaborar para a resolução de problemas não relacionados diretamente com o crime (menores abandonados, moradores de rua, migração desordenada, buracos nas vias públicas, falta de telefones públicos, má iluminação, terrenos baldios,

imóveis abandonados,etc), que quando não solucionados findam onerando os recursos da atividade policial, também colaboram para o constante fluxo dos mais variados tipos de informações, principalmente em suas reuniões onde são discutidos os problemas das comunidades e as formas de soluções para os mesmos.

Não há dúvidas de que as informações obtidas dos contatos entre os policiais e as comunidades se constituem em um recurso de fundamental importância para a atividade policial. Pautando-se nos laços de confiança entre as pessoas e a polícia, e na responsabilidade policial pela qualidade de vida na comunidade, o policiamento comunitário sintetiza a missão preventiva das organizações policiais em sociedades democráticas; sendo que, nesse sentido, a polícia prioriza problemas e demandas que tenham sido identificados por comunidades específicas, buscando a redução da desordem social e degradação física nesses ambientes, o controle e prevenção do crime e a diminuição do medo e insegurança.

As informações obtidas junto às comunidades, fruto de uma integração e interação necessária entre o policial e as mesmas, necessitam não apenas serem consideradas importantes para a atividade policial, mas também se torna necessário que toda uma estruturação para a obtenção, seleção, análise e aplicação destas informações, seja montada para que elas possam ser utilizadas, pelos comandantes de unidades e subunidades, de forma mais adequada no direcionamento das atividades policiais, fortalecendo as ações proativas.

No policiamento comunitário, o policial é de fundamental importância. Ele passa a ter um conhecimento mais aprofundado das pessoas e das localidades onde atua, bem como dos problemas existentes. É ele que atua constantemente ao lado da comunidade sendo que isto finda sendo um fator importante para a obtenção de informações. Ele deve ser ouvido por seus superiores, deve ter em mente que essas informações são importantes, deve ser orientado por eles de como proceder para obter, selecionar e organizar as informações para que elas possam ser analisadas e utilizadas no processo de policiamento.

### **3 MATERIAL E MÉTODO**

No estudo metodológico científico procuramos fazer uma aplicação analítica, de abordagem qualitativa, valendo-se não só dos dados obtidos através dos questionamentos feitos, mas também de observações realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa e da nossa experiência e vivência junto ao policiamento comunitário (mais de quatro anos), tratando especificamente do policiamento realizado pela 3ª Companhia do 1º Batalhão de Policiamento Comunitário, da cidade de Aracaju-SE, onde se buscou verificar, através dos

policiais que atuam nos Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC's), se o policiamento comunitário realizado por esta subunidade estava contribuindo para o aumento do fluxo de informações da comunidade para a polícia.

Santos (2004, p 26) nos ensina que

Analisar é explicar e criar uma teoria aceitável a respeito de um fato/fenômeno/processo. São pesquisas explicativas aquelas que se ocupam com o porquê dos fatos/ fenômenos/ processos que preenchem a realidade, isto é, com a identificação dos fatores que contribuem para sua ocorrência ou a determinam, ou com o modo pelo qual acontecem os fatos/ fenômenos/ processos.

Os lugares e as situações de onde são extraídos os dados de que precisamos são denominados de fontes de pesquisas, sendo que as nossas fontes de pesquisas foram a bibliografia e o campo.

Lakatos (2001, p. 186) nos revela que

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto. Como segundo passo permitirá que estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxiliará na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa.

Segundo Santos (2004, p. 27) o campo é o lugar natural onde os fatos/ fenômenos/ processos acontecem, sendo que a matéria-prima para o raciocínio e conclusões a respeito dos mesmos são os dados captados no campo; já a bibliografia é o conjunto de materiais escritos a respeito de um assunto.

Os dados necessários para nossa investigação foram recolhidos de duas fontes: a Bibliografia – Biblioteca Goiandira do Couto, situada na Gerência de Ensino Policial Militar, Biblioteca da Gerência de Ensino Policial Civil e Ajudância do 1º Batalhão de Policiamento Comunitário; e o Campo – os PAC's da 3ª Cia do 1º BPCom.

Já os procedimentos de coleta, utilizados para juntarmos as informações necessárias, foram a pesquisa bibliográfica e o levantamento.

Para Santos (2004, p. 28) as fontes bibliográficas são “os livros [...], as publicações periódicas [...], fitas gravadas de áudio e vídeo, websites, relatórios de simpósios/seminários, anais de congressos etc. [...]”. E as perguntas diretas feitas a um grupo, a respeito dos dados que se deseja obter, definem o levantamento de informação.

As nossas fontes bibliográficas foram os livros, revistas e websites, e diretrizes, normas, portarias e outros documentos que tratam do policiamento comunitário da Polícia

Militar do Estado de Sergipe. E o nosso levantamento foi realizado junto aos policiais militares (cabos e soldados) que atuavam nos PAC's pertencentes a 3ª Cia do 1º BPCoM, sendo que a distribuição de questionários foi feita de forma proporcional, abrangendo 67% (sessenta e sete por cento) do efetivo de cada PAC.

A 3ª Cia do 1º BPCoM possuía em sua subárea de atuação 06 (seis) Postos de Atendimento ao Cidadão: PAC's do Luzia, Castelo Branco, Médici, Inácio Barbosa, Sol Nascente e Grageru; sendo que; cada Posto, na época da pesquisa, continha um efetivo de 12 (doze) policiais, com exceção do Pac do Luzia (14 policiais) e Médici (13 policiais).

O efetivo de policiais que, na época da pesquisa, atuavam nos PAC's da 3ª Cia do 1º BPCoM era de 75 (setenta e cinco) policiais, o que representava 50% (cinquenta por cento) do efetivo geral do 1º BPCoM de policiais que se encontravam atuando nos PAC's (1ª, 2ª, 3ª e 4ª Companhias).

Como instrumento de coleta de dados, escolhemos o questionário que, na definição de Lakatos (2001, p. 201), “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistado”. Sendo que o mesmo foi composto por 20 (vinte) questões e estruturado por perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha.

Foram aplicados 50 (cinquenta) questionários, o correspondente a 67% (sessenta e sete por cento) do efetivo dos PAC's da 3ª Companhia, sendo que deste montante foram respondidos 36 (trinta e seis) questionários, o equivalente a 48% (quarenta e oito por cento) do efetivo, consistindo em 11 (onze) cabos e 25 (vinte e cinco) soldados.

A pesquisa de campo foi realizada, no período que se estendeu de 10 a 20 de julho do ano de 2006, sendo que em uma primeira fase foi realizado um teste piloto com a aplicação de questionário para dez policiais que atuam na administração do 1º BPCoM e, após as devidas observações, chegou-se ao produto final para aplicação no universo considerado.

A maior dificuldade enfrentada, quando da realização da pesquisa, deu-se em decorrência da falta de interesse dos policiais em responder aos questionários, o que contribuiu para que os questionários não fossem respondidos em sua totalidade.

A escolha, para o desenvolvimento da pesquisa, de apenas os policiais que atuam nos Postos de Atendimento ao Cidadão da 3ª Cia do 1º BPCoM se deu em decorrência de que o policiamento comunitário, desenvolvido por aquela Companhia, encontra-se em um estágio (tanto estrutural, quanto operacional) mais avançado do que as demais companhias – pertencentes não só ao 1º Batalhão mas também ao 5º e 8º (Batalhões Comunitários responsáveis, também, pelo policiamento da Grande Aracaju-SE). Simbolizando ela a

referência ideal para o desenvolvimento da pesquisa e conseqüente elaboração do nosso trabalho.

#### **4 RESULTADOS E COMENTÁRIOS**

Através de uma estrutura descentralizada a polícia adquire condições para se ajustar às várias realidades existentes em todas as comunidades. E é justamente através da alocação permanente do policial a uma determinada área, tendo ele presença cotidiana na vida local e autonomia para interagir com as pessoas e mobilizá-las para que juntos possam se tornar co-produtores da prevenção, que a polícia passa a adquirir a confiança e a colaboração das pessoas, tornando-se, inclusive, portadora de informações privilegiadas.

Questionados sobre o tempo em que se encontravam atuando no policiamento comunitário, 14% dos policiais responderam que estavam no policiamento comunitário há menos de um ano, 11% que estavam há mais de um ano e 75% há mais de três anos. Este resultado apresenta-se de forma bastante satisfatória uma vez que a grande maioria dos policiais (27 dos 36 que responderam ao questionário) revelaram estar no policiamento comunitário há mais de três anos, o que nos transmite a idéia de que, ao longo deste tempo, já adquiriram experiência e conhecimento que proporcionaram o enraizamento da filosofia do policiamento comunitário, o que contribui para o desenvolvimento de suas atividades policiais.

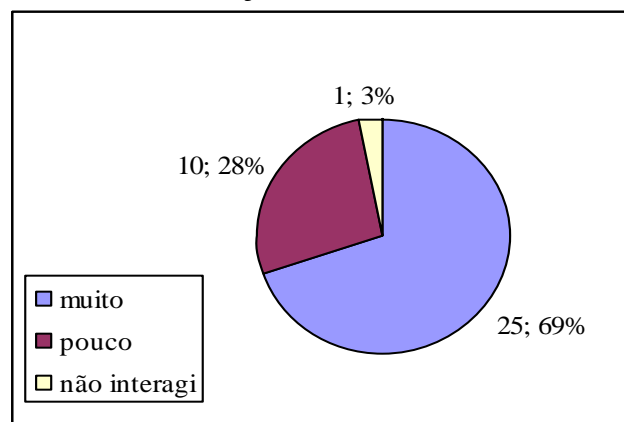
Contudo, quando perguntados sobre a quantidade de subunidades do policiamento comunitário em que já trabalharam e o tempo em que se encontravam trabalhando no atual PAC, estes nos deram conta de que a rotatividade de policiais ainda é bastante intensa e considerável, pois 31% responderam que trabalharam em apenas uma subunidade, 28% em duas e 41% em mais de três subunidades; já com relação ao tempo em que se encontravam atuando naquele PAC, 39% responderam que atuavam naquele PAC há menos de um ano, 17% há mais de um ano e 44% há mais de três anos.

Embora quase um terço tenha respondido que trabalharam em apenas uma subunidade e 44% que estavam há mais de três anos no mesmo PAC, o número de policiais que já trabalharam em duas (28%) e mais de três (41%) subunidades e dos que estavam há menos de um ano naquele PAC (39%) são bastantes significativos e desfavorecem o fortalecimento da interação entre polícia e cidadão, bem como o aumento da confiança e

cooperação entre ambos, uma vez que não colaboram para que o policial se torne conhecido da comunidade e também conheça os problemas existentes na mesma.

A rotatividade é uma das medidas fruto do modelo tradicional, sendo que Silva (2002, p. 20) nos deixa bem claro que o policiamento comunitário “tem de ter uma noção de contato com a comunidade, de ter um planejamento voltado para ela”. Desta forma há a necessidade de que o policial esteja integrado de forma permanente à comunidade e em constante interação com a mesma, atuando de forma democrática e descentralizada.

**Gráfico 1: Interação com a comunidade**



Fonte: dados coletados da pesquisa

A maioria dos policiais (69%), quando perguntados se durante o serviço costumavam interagir com as pessoas, responderam que costumavam interagir muito com as pessoas; todavia, o número daqueles que afirmaram interagir pouco (28%) é bastante relevante e demonstra que muitos policiais que atuam no policiamento comunitário ainda mantêm um comportamento puramente tradicional, mantendo-se distante das pessoas das comunidades. Isto, além de dificultar o fortalecimento da relação entre polícia e comunidade, desfavorece o fornecimento de informação por parte desta; pois como bem mencionam Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p.181) “a essência do policiamento comunitário é a parceria, e uma verdadeira parceria só ocorre quando as pessoas confiam umas nas outras”.

Fato que bastante nos deixa surpreso diz respeito aos policiais, em sua maioria (81%), terem respondido que a interação era mais intensa com todas as pessoas situadas na área do PAC, sendo que apenas 19% responderam que a comunicação era mais intensa com as pessoas situadas próximas ao PAC.

A experiência ao longo de quase 5 (cinco) anos de atuação no policiamento comunitário, bem como as observações realizadas durante a realização da pesquisa, mostrou-

nos que, ao contrário do resultado da pesquisa, os policiais costumam interagir com maior intensidade com as pessoas situadas próximas ao PAC.

As atividades do policiamento comunitário estão, em sua maioria, como bem revelam os números da pesquisa, atreladas ao cumprimento de rondas e pontos de paradas pré-estabelecidos e atendimento de ocorrências. Quando não estão desempenhando estas atividades os policiais costumam permanecer no PAC. Este tipo de postura impulsiona os policiais a terem um maior relacionamento com as pessoas das comunidades próximas ao PAC, já que as pessoas pertencentes às comunidades distantes findam sujeitas apenas ao patrulhamento motorizado de rotina e atendimento de ocorrências, sem que haja de forma permanente o estabelecimento de contatos diretos entre ambas.

O fornecimento de informações por parte da comunidade é algo que está inteiramente ligado à relação de confiança e simpatia que ela tem para com a polícia. Quanto maior e melhor for o relacionamento entre polícia e comunidade, maior será o fornecimento de informações.

O fornecimento de informações com bastante frequência, por parte das pessoas das comunidades ainda é uma realidade distante, apenas 14% dos policiais afirmaram receber, com bastante frequência, informações das pessoas, destacando-se o recebimento de informações com razoável frequência (50%) e com pouca frequência (36%).

É claro e notório que as pessoas das comunidades ainda resistem em fornecer informações à polícia, sendo este número considerável de policiais que afirmam receber informações com pouca frequência, fruto de uma postura ainda predominantemente reativa adotada por grande parte dos policiais que, possuindo uma percepção autoritária da função policial, demonstram não serem possuidores de um preparo ideal para interagir com a população e sentirem dificuldades em lidar com processos de solução e tomada de decisões na comunidade, sem falar ainda que uma série de fatores organizacionais também cooperam para este tipo de comportamento (reforçado, inclusive, pelo número significativo daqueles que manifestaram interagir pouco com as pessoas), o que também não contribui para o fortalecimento das relações entre o policial e a comunidade, aumentando a confiança entre ambos e o conseqüente fornecimento de informações.

Uma série de pesquisas realizadas não apenas em outros países como os Estados Unidos, mas também no Brasil já revelaram por demasia que a atividade policial prende-se, involuntariamente, na maior parte de seu tempo, a atividades não relacionadas com o crime, não podendo a polícia se concentrar apenas no combate ao crime e deixar a prestação de serviços apenas a cargo de outras instituições. Pois, como bem alerta Dias Neto (2002) estes

problemas geram um forte impacto na qualidade de vida urbana e quando não enfrentados, aumentam o sentimento de insegurança e tornam o ambiente convidativo ao crime.

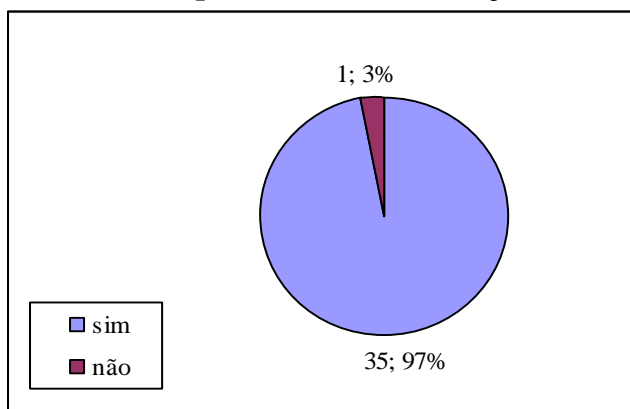
Como não poderia ser diferente, perguntados sobre os tipos de informações recebidas com maior frequência, a maioria dos policiais (55%) respondeu que eram as informações não relacionadas diretamente com o crime, sendo bastante significativo também o número de policiais (39%) que disseram receber informações sobre prática criminosas, e, em menor quantidade, aqueles que mencionaram receber com maior frequência informações sobre criminosos (6%).

Há uma tendência natural, devido a aproximação da polícia à comunidade, do policiamento comunitário proporcionar o aumento da procura pela polícia, sendo que o fortalecimento desta relação, conseqüentemente, colabora para o aumento da confiança na polícia e para o fornecimento de informações principalmente sobre práticas criminosas e criminosos. Os policiais que procuram ter uma maior interação e aproximação com as pessoas, naturalmente tendem a ser privilegiados com o recebimento de um maior número de informações.

Na realidade, a maior parte dos policiais que atuam no policiamento comunitário ainda não são afetos ao atendimento de ocorrências que não estão diretamente relacionadas com o crime, valorizando com maior intensidade as intervenções de emergências e a prisão de criminosos após o cometimento de crimes; sendo ainda dominante a prática do patrulhamento, da rapidez no atendimento às chamadas e a prisão de criminosos. Assim, não poderia deixar de ser evidente que a maioria das informações ocorressem durante os encontros informais no patrulhamento (44%), e durante o atendimento de ocorrências (31%).

Estas informações, de uma forma geral, são resultantes de ações puramente reativas, sendo decorrentes da eclosão de uma ocorrência, onde as vítimas e/ou testemunhas, depois de ocorrido o fato, fornecem as devidas informações para contribuir com a prisão do criminoso. Já no que se refere às informações fornecidas por telefone (17%), estas são em sua maioria anônimas e retratam bem o medo e insegurança que as pessoas ainda possuem em fornecer informações, principalmente sobre criminosos e práticas criminosas, a polícia.

A reduzida menção ao fornecimento de informações durante reuniões formais (8%) retrata não só a inoperância dos Conselhos de Segurança, cujas reuniões são quase inexistentes, bem como a inércia da polícia em mobilizar os integrantes dos Conselhos para que os mesmos funcionem de forma satisfatória e sejam verdadeiramente atuantes.

**Gráfico 2: Importância da informação**

Fonte: dados coletados da pesquisa

Quase 100% dos policiais (97%) disseram considerar as informações das comunidades úteis e importantes para o processo de desenvolvimento do policiamento, e 81% disseram que procuram constantemente, durante o serviço, fortalecer os laços de confiança com as pessoas das comunidades para que elas forneçam informações à polícia. Curioso, embora em pequena quantidade, foi haver policiais que manifestaram o contrário, demonstrando total aversão a um comportamento de constante relação com as pessoas da comunidade e desconsideração a importância do policiamento ser guiado também pelas informações destas, o que caracteriza um comportamento puramente tradicional e reativo.

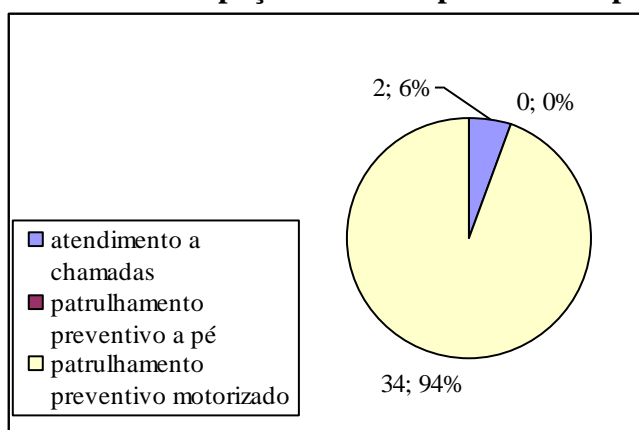
O número vultoso dos que consideraram as informações das pessoas importantes e que procuram fortalecer os laços de confiança com elas (81%) é de fundamental importância, pois evidenciam que os policiais são conscientes da importância das informações das pessoas das comunidades e de que é preciso esta aproximação e conseqüente interação e fortalecimento dos laços de confiança. Porém, há de ser revelado, que o relacionamento dos policiais está ainda muito restrito a poucas pessoas da área de abrangência do Posto de Atendimento ao Cidadão e não há, por parte da grande maioria dos policiais e da Organização, uma maior mobilização e empenho para que este relacionamento seja ampliado e fortalecido.

A informação é sem dúvidas “a principal matéria prima do trabalho policial” e, como bem reforça Silva (2002), a simpatia e o diálogo da polícia para com a comunidade não são suficientes para a redução da criminalidade. É necessário que a polícia tenha estratégias de obtenção e de trabalho com as informações para que elas possam fornecer dados como tipo de crime por área, perfil do criminoso e etc, para que o policiamento possa ser empregado de forma racional de acordo com o problema de determinada área.

Embora bastante relevante (81%), a afirmativa positiva de que as informações das pessoas das comunidades são utilizadas para um melhor direcionamento da atividade policial, vê-se diante de uma importante divergência gerada pelos 19% dos policiais que afirmaram que não – importante porque nos revela haver deficiência e descaso na coleta e organização das informações. Sendo esta divergência fortalecida quando, perguntados sobre as informações que são mais utilizadas para um melhor direcionamento da atividade policial, 50% respondem que são as oriundas dos encontros formais e informais, 22% dos telefonemas e 28% dos relatórios de ocorrências. E também quando 61% dos policiais, perguntados se as informações oriundas dos encontros formais e informais e de telefonemas são controladas e organizadas para que possam ser utilizadas no planejamento do policiamento, respondem que sim e 14% que não.

Em todos os Postos em que estivemos não foram detectadas nenhum mecanismo ou meio voltado para a coleta e organização dos diversos tipos de informações fornecidos pelas pessoas das comunidades para que as mesmas pudessem ser utilizadas no processo de planejamento e realização do policiamento. A realidade é que a única forma utilizada para o emprego racional do policiamento, se dá através dos dados coletados através dos ROP's (Relatórios de Ocorrências Policiais) durante o atendimento de ocorrências, do número de chamadas via 190 e fatos graves ocorridos em determinados lugares ou a repetição excessivas de reclamações quanto a uma determinada região da cidade, bairro ou local específico.

**Gráfico 3: Ocupação da maior parte do tempo**



Fonte: dados coletados da pesquisa

A maioria dos policiais revelou que se ocupa, na maior parte do tempo, com o patrulhamento motorizado (94%), enquanto que apenas 6% disseram se ocupar com o atendimento a chamadas. O policiamento a pé ainda é uma realidade distante, já que os

policiais resistem a esta modalidade de policiamento – que visa desligar o policial da prática puramente reativa do radiopatrulhamento e estimulá-lo a inserir-se na comunidade local, estabelecendo uma ligação mais próxima e direta com os moradores.

Quando não estão atendendo a chamadas ou executando patrulhamento preventivo os policiais costumam permanecer no PAC (58%), chamando-nos bastante a atenção o número daqueles que afirmaram aproveitar o tempo para fazer visitas e contatos com as pessoas das comunidades (42%); pois, como bem nos mostram os números, a rotina comum nos Postos de Atendimento ao Cidadão é a execução dos patrulhamentos e pontos de paradas pré-estabelecidos e da permanência no PAC à espera de chamadas, sendo que a prática de visitas praticamente inexistente e os contatos ocorrem basicamente no momento do atendimento de ocorrências e patrulhamentos de rotina.

Em todas as áreas de atuação dos PAC's da 3ª Cia do 1º BPCom existem Conselhos de Segurança; contudo, fato bastante curioso foi os policiais demonstrarem, quando perguntados sobre a realização das reuniões dos Conselhos, não saberem ao certo quando as reuniões costumam ser realizadas, pois 56% responderam que no mínimo uma vez por mês, 8% a cada dois meses e 36% de que não há previsão (dificilmente são realizadas). Outro fato que também chamou bastante a atenção foi 78% dos policiais afirmam não participarem das reuniões dos Conselhos de Segurança; apresentando-se, estes resultados, em desarmonia com os referentes às informações que são mais utilizadas para um melhor direcionamento do policiamento, já que a grande maioria dos policiais, embora as informações fruto do atendimento de ocorrência também ganharam destaque, mencionaram que são as informações oriundas dos encontros formais e informais.

Os Conselhos de Segurança são de indispensável importância no processo de policiamento comunitário, tanto na mobilização das pessoas das comunidades, bem como no desenvolvimento de campanhas educativas e estreitamento dos laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais, as pessoas e a polícia. Podendo com suas ações não só colaborar para a resolução de problemas não relacionados diretamente com o crime, que quando não solucionados findam onerando os recursos da atividade policial, mas também para o constante fluxo dos mais variados tipos de informações, principalmente em suas reuniões onde são discutidos os problemas das comunidades e as formas de soluções para os mesmos. A polícia não pode se manter distante dos Conselhos e vice-versa, nem tampouco ficar alheia a suas atividades, devendo principalmente o Comandante da Subunidade empenhar esforços para que o Conselho permaneça ativo e operante e que os seus subordinados mantenham estreita ligação com os mesmos.

## 5 CONCLUSÃO

Os policiais, fruto do próprio tempo em que se encontram atuando no policiamento comunitário, embora a rotatividade ainda seja significativa, manifestaram que consideram as informações da comunidade importantes para o processo de desenvolvimento da atividade policial, bem como que buscaram, constantemente, interagir com a comunidade visando o fortalecimento dos laços de confiança; sendo, segundo eles, que a comunicação foi mais intensa com todas as pessoas situadas na área do PAC e não apenas com aquelas localizadas próximas do mesmo.

Quanto ao fornecimento de informações, por parte da comunidade, este ainda se apresentou de razoável a pouco, merecendo destaque as informações não relacionadas diretamente com o crime.

Os policiais também demonstraram estar ainda o policiamento comunitário bastante preso às ações reativas, já que na maior parte do tempo se ocuparam com o patrulhamento motorizado, desprezando o policiamento a pé; sendo que, quando não estavam atendendo a chamadas, relataram (a maioria) que costumavam permanecer no PAC. Postura esta que, conseqüentemente, colaborou para que o fornecimento da maior parte das informações geralmente ocorresse durante os encontros informais e atendimento de ocorrências.

As divergências geradas com relação ao controle, organização e utilização das informações da comunidade e também no que diz respeito aos Conselhos de Segurança, demonstraram não haver uma estratégia, principalmente por parte da Companhia, voltada para estes fins; e estarem os policiais e o policiamento atuando alheios aos Conselhos de Segurança e suas atividades e vice-versa.

A aliança da rotatividade de policiais, que embora tenha diminuído ainda é bastante significativa, com a postura predominantemente reativa, com a falta de uma estratégia para a coleta, controle, organização e utilização das informações e a com desarmonia e descaso para com os Conselhos de Segurança e suas indispensáveis atividades, fortalecem o distanciamento entre polícia e comunidade e contribuem desfavoravelmente para o fluxo de informações da comunidade para a polícia. Pois afetam a relação entre ambas, impedindo que os policiais, através da aproximação e do contato, tornem-se conhecidos e conheçam os problemas locais; restringem suas ações ao atendimento de situações emergenciais e prisões de criminosos, impulsionando a valorização, para a realização de planejamentos e emprego racional dos recursos, de apenas as informações oriundas dos

relatórios de ocorrências e número das chamadas via 190, desprezando-se e tratando com descaso os demais tipos de informações; e enfraquecem o relacionamento com os Conselhos de Segurança e o seu funcionamento, sendo que os mesmos são indispensáveis para o fornecimento de informações, aproximação entre polícia e comunidade e resolução de problemas que afetam a área.

Indispensável, diante desse quadro, é a mobilização de meios para que a rotatividade de policiais diminua ainda mais e que o policial possa verdadeiramente tornar-se conhecido da comunidade e conhecedor de seus problemas; é o direcionamento do policiamento para a execução de atividades predominantemente proativas, inclusive proporcionando que os policiais tenham uma maior aproximação e contato com as pessoas da comunidade, incentivando o policiamento a pé, as visitas comunitárias e solidárias; é a criação de estratégias para a coleta, organização, controle e utilização dos mais variados tipos de informações da comunidade, utilizando-se para isto de formulários, relatórios, bancos de dados, que possam unir estas informações e fornecer dados que proporcionem um emprego adequado e racional do policiamento; é a mobilização dos Conselhos de Segurança para que os mesmos passem a atuar de forma constante e satisfatória junto a comunidade e em perfeita harmonia com a polícia, com a ocorrência de reuniões periódicas e trabalhos de conscientização e informação, pois é ele uma das principais fontes de informação e soluções de problemas que afetam a comunidade.

O policiamento comunitário não excluiu as formas tradicionais da atividade policial; contudo, o que impera no mesmo é o envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento da atividade policial e a ênfase dada às ações proativas, necessitando para isto que o policial esteja integrado à sociedade atuando de forma democrática e descentralizada, e que os recursos — policiais, viaturas, armas, rádios — de que a polícia dispõe, sejam distribuídos com base em dados científicos e não empíricos (oriundos apenas dos relatórios de ocorrências, de chamadas do 190 e etc).

Tornando-se confiável à população a polícia passa a receber boas informações, passando a agir de forma mais eficiente, pois o que irá realmente guiar as ações proativas do policiamento são as informações resultantes da integração do policial à comunidade e interação entre ambos. Na ausência deste processo o policiamento comunitário finda restrito apenas as ações empíricas e tradicionais, ou seja, aos atendimentos de chamadas, a efetuação de rondas pré-estabelecidas com base principalmente nos índices de ocorrências.

Bayley (2002) bem nos ensina que a diminuição da ameaça do crime, por parte da polícia, não deve estar centrada apenas na prisão de criminosos, mas também na mobilização ativa da população; buscando-se, desta forma, atingir tanto as causas quanto os efeitos, pois é tratando das reivindicações relacionadas diretamente com o crime ou não, envolvendo-se nos processos fundamentais de interação social, que a polícia pode proporcionar uma prevenção de crimes mais eficaz. Sendo a cooperação voluntária da população, principalmente em forma de testemunho, a chave para se prender criminosos.

## **ABSTRACT**

This work deals with the information as the main resource of the communitarian policing and if it considered to verify, through the policemen who act in the Ranks of Attendance to the Citizen, if the communitarian policing carried through by 3<sup>a</sup> Company of 1<sup>o</sup> Battalion of Communitarian Policing, of the city of Aracaju-SE, has contributed for the increase of the flow of information of the community for the policy; being that in the scientific metodológico study it was looked to make an analytical application, of qualitative boarding, using itself of data raised through questionings made in a field research whose resulted gotten, despite the policemen (in the great majority) revealing that they considered the information of the important community and searched, constantly, to interact with the community aiming at the fortalecimento of the bows reliable, they had disclosed that the rotation of policemen still is sufficiently significant, the position of the policing still is predominantly reactive and that it has absence of a strategy for collects, control, organization and use of the information and disharmony and indifference for with the Advice of Security and its indispensable activities; factors these that fortify the distanciamento between policy and community and contribute favorable for the flow of information between both.

**Key-words:** Communitarian policing. Interaction. Trust. Information.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: uma Análise Internacional Comparativa**. Tradução de René Alexandre Belmonte. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Polícia e Sociedade; n. 1).
- BEATO, Cláudio C. **Reinventando a polícia: A implementação de um programa de policiamento comunitário**. In: CONCURSO MOTOROLA. Policiamento Comunitário: experiências no Brasil 2000 – 2002. São Paulo: Página Viva, 2002.
- BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**. Curitiba: Comunicare, 2004.
- BRASILIANO, Antônio Celso Ribeiro. **A (In) Segurança nas Redes Empresariais: A Inteligência Competitiva e a Fuga Involuntária das Informações**. São Paulo: Sicurezza: Brasiliano & Associados, ed Sicurezza, 2002.
- DIAS NETO, Theodomiro. **Policiamento comunitário: Nova polícia ou mera maquiagem?**. In: CONCURSO MOTOROLA. Policiamento Comunitário: experiências no Brasil 2000 – 2002. São Paulo: Página Viva, 2002.
- LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Alas, 2001.
- KAHN, Túlio. **Velha e nova polícia: polícia de segurança pública no Brasil atual**. São Paulo: Sicurezza, 2002.
- MONJARDET, Dominique. **O que Faz a Polícia: Sociologia da Força Pública**. Posfácio Jean-Marc Erbès; tradução Mary Amazonas Leite de Barros. ed. rev. 2002. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n. 10/ Organização: Nancy Cárdua).
- SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6. ed. revisada (conforme NBR 14724:2002). Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- SILVA, Jorge da. **Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- SILVA, José Vicente da. **Análise Criminal e Polícia Comunitária**. In: CONCURSO MOTOROLA. Policiamento Comunitário: experiências no Brasil 2000 – 2002. São Paulo: Página Viva, 2002.
- \_\_\_\_\_. **GOVERNO FEDERAL: Por uma polícia cidadã**: Entrevistas feitas com membros do escalão superior da Secretaria Nacional de segurança Pública do Ministério da Justiça. In: CONCURSO MOTOROLA. Policiamento Comunitário: experiências no Brasil 2000 – 2002. São Paulo: Página Viva, 2002.

SKOLNICK, Jerome; BAYLEY David H. Nova Polícia: **Inovações na Polícia de Seis Cidades Norte-Americanas**; tradução de Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. (Polícia e Sociedade; n. 2).

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX Bonnie. **Policimento Comunitário: Como Começar**. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. 3ª ed. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

TZU, Sun. **Os treze momentos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Palestra durante a 5.ª Conferência Executiva de Segurança Pública para a América do Sul, sobre **Direitos Humanos e Movimentos Sociais na América do Sul**. In: AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. Principal ferramenta de segurança pública é o apoio da comunidade. Editoria: Segurança. Estado do Paraná, 17/10/2005. Disponível em <<http://www.agenciadenoticias.pr.gov.br/modules/news/print.php?storyid=15621>>. Acesso em 15/05/2005.